



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**MPV 752
00010**

**COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA
PROVISÓRIA Nº 752, DE 2016**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 752, de 2016

Dispõe sobre diretrizes gerais para a
prorrogação e a relicitação dos contratos de
parceria que especifica e dá outras
providências.

EMENDA ADITIVA Nº

Acrescente-se o seguinte artigo ao final do capítulo IV da Medida
Provisória 752/2016:

Art. O Poder Executivo regulamentará diretrizes para aplicação do
conceito de fluxo de caixa marginal para fins de reequilíbrio econômico e financeiro
dos contratos com prorrogação antecipada e relicitados.

Parágrafo único. A taxa de desconto a ser aplicada será baseada na
taxa básica de juros da economia, a SELIC.

JUSTIFICAÇÃO

Um dos principais problemas para a recuperação do investimento
em infraestrutura nas concessões é a possibilidade de comportamento oportunista
tanto do governo quanto do próprio concessionário quando da renegociação dos
contratos.

A forma com que os contratos de concessão lidam com isso é por
meio do acionamento do reequilíbrio econômico financeiro. Se um governo, por
exemplo, requerer investimentos não previstos, há a necessidade de alguma



CD/16777.49745-07



CÂMARA DOS DEPUTADOS

compensação como extensão dos contratos, aumento da tarifa ou redução de outros investimentos.

As agências reguladoras brasileiras têm se utilizado da ideia do fluxo de caixa marginal que basicamente calcula o valor presente do efeito destes investimentos previstos (ou outra medida implementada pelo governo) e determina a compensação, também em valor presente.

O problema é que os critérios de aplicação do fluxo de caixa marginal podem variar agência por agência, medida por medida, o que pode gerar incerteza por parte do agente regulado. Assim, uma harmonização do entendimento sobre o fluxo de caixa marginal se faz presente.

Mais do que isso, a depender da taxa de desconto utilizada no cálculo do valor presente, os resultados podem ser muito díspares e pode acabar criando espaço para expropriação de ativos na prática. Assim, definimos que esta taxa de desconto se baseará na taxa de juros básica da economia, a SELIC, o que em certa medida “amarra” as mãos do regulador em um sentido positivo por conferir maior segurança ao investidor.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado Tenente Lucio

